



A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA E SUAS INTERFACES

COELHO, Nara – UNICENTRO
naracoelho@hotmail.com

ORZETCHOWSKI, Suzete Terezinha – UNICENTRO
suzi_orze@hotmail.com

Eixo Temático: Políticas Públicas, Avaliação e Gestão da Educação
Agência Financiadora: SEED – Secretaria Estadual de Educação

Resumo

A escola é perpassada por vários olhares e para cada olhar, ela tem uma razão de existir. A função social da escola pública é algo complexo que nos leva a vários questionamentos e contextos. Ao pensarmos o cotidiano escolar e a nossa prática, observamos que o processo ensino aprendizagem, elemento central da ação da escola, está diretamente influenciado e mediatizado pela relação social dos indivíduos que o realizam. Assim, acreditamos que seria interessante realizar um trabalho que tem por princípio discutir a função social da escola pública e a articulação do trabalho pedagógico entre os diferentes segmentos no âmbito escolar. O trabalho de pesquisa está fundamentado na abordagem da pesquisa-ação, pois, essa além de reconhecer que educação é um fenômeno social, portanto impossível de ser pesquisado de forma isolada e distante de sua ação e influência social, permiti ao pesquisador vivenciar seu duplo papel, já que o pesquisador aqui em questão é concomitantemente um elemento atuante e realizador da prática que vai investigar. O que se percebe hoje dentro das escolas e com uma ênfase maior ainda no Ensino Médio é o constante questionamento dos professores sobre a razão de ser da escola. Posto que a informação e mesmo o conhecimento científico historicamente construído encontra-se de fácil acesso nas redes tecnológicas. A ideia é realizar uma pesquisa que dialoga com os protagonistas da educação e com autores que já se debruçaram sobre o tema, como Adorno e Ribeiro, ou que nos mostram o contexto que a escola se encontra, como Arroyo e Santos. É importante apontar que estaremos tratando de uma educação formal, em um sistema que é reconhecido e estabelecido dentro da legislação, sistematizada publicamente, ou seja, aquele que pertence a todos os cidadãos e deve instrumentalizar a grande massa populacional para atuar, refletir e intervir na sociedade.

Palavras chave: escola pública, educação formal, ensino médio, função social

Introdução

Arroyo nos coloca que “Todos podemos concordar com o fato de que a escola construída pelos educadores não é a desejada pelos donos da sociedade e do poder e, sobretudo não é a escola desejada pelos proprietários que compram a força de trabalho [...] Daí a certeza de que a construção da escola possível é uma tarefa política extremamente complexa, [...] fruto de longas lutas” (Arroyo – 1993), indicando-nos que a escola pública é perpassada por vários viés e olhares, que, para cada elemento que a pensa, ela tem uma razão de existir.

O que se percebe hoje dentro das escolas é o constante questionamento dos professores sobre a razão de ser da escola. Posto que a informação e mesmo o conhecimento científico historicamente construído e acumulado encontra-se de fácil acesso nas redes tecnológicas. Estas cada vez mais se tornam pertencente ao dia a dia de todos e onde os jovens têm o domínio. Esses aspectos provocam angústias e desestímulos aos professores, que acabam por afetar de forma drástica a qualidade do processo ensino-aprendizagem. E tendo por base que a transmissão pura do conhecimento há muito foi superada. Sendo esta função, portanto obsoleta na escola. Mas tendo a certeza que a escola ocupou e ocupa ainda um papel fundamental na construção que o homem realizou para se tornar “ser humano” e ciente que a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de um povo. Pois, na década de 70, já afirmava Freire, “a educação por si só não muda a sociedade, mas com certeza sem ela também não ocorrerá a transformação.”

Sendo o sistema educacional complexo, amplo e conseqüentemente com funções distintas para etapas, modalidades, níveis diferentes e sendo impossível refletir sobre o todo desse sistema, optou-se por pensar a função da escola pública tendo o Ensino Médio como eixo norteador.

É importante que coloquemos que esse é um trabalho em andamento e que a pesquisa está fundamentada na abordagem da pesquisa-ação, segundo Franco “a pesquisa-ação deve partir de uma situação social concreta a modificar e, mais que isso, deve se inspirar constantemente nas transformações e nos elementos novos que surgem durante o processo e sob a influência da pesquisa.”(Franco-2005). Pois a ideia é ir além do concluir, é buscar o intervir para transformar e, assim contribuir de forma efetiva na qualidade da educação. A pesquisa-ação além de reconhecer que educação é um fenômeno social, portanto impossível de ser pesquisado dentro de um laboratório ou de forma isolada e distante de sua ação e influência social, permiti ao pesquisador vivenciar seu duplo papel. Ou seja, essa pesquisa

esta inserida dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/Pr, que visa colocar o profissional da escola pública para refletir a sua prática. Logo, o pesquisador aqui em questão é concomitantemente um elemento atuante e realizador da prática que está investigando e questionando. Tornando-se assim um investigador de sua própria prática.

Escola pública um bem social

Para dialogar sobre a função social da escola pública, é necessário que reflitamos um pouco sobre esse espaço social chamado escola, espaço esse que foi sendo moldado a medida das necessidades da sociedade. Em todas as comunidades que se estuda e em todas as épocas o ato de ensinar, de transmitir conhecimentos se encontra. E o espaço escola de certa forma também, posto que sempre, ao longo da história humana, o ato de ensinar foi sendo delegado a alguém e a medida que o conhecimento e as relações humanas com esse conhecimento foram se tornando mais complexas, os espaços para o ato de ensinar também foram adquirindo formas diferenciadas e com razões diferenciadas para existir

Ao longo da própria história do homem e em momentos diferentes teve organização diferente. Pois o viver, conviver, produzir e se organizar do homem esta muito ligado a sua época histórica, conjunto social e inclusive modo de produção material, como nos coloca Ezpeleta & Rockwell,

Estabelecendo-se o seu caráter histórico, é possível compreender que o conteúdo social do conjunto de atividades cotidianas não é arbitrário, nem corresponde a uma escolha que cada sujeito faz em face de uma gama infinita de possibilidades. As atividades individuais contribuem para processos específicos de produção e reprodução social. Recuperam e redefinem instituições construídas de antemão.”(EZEPELETA ; ROCKEWEL, aput ROMANELLI 1996, p. 39)

Contudo podemos afirmar que a escola sempre esteve presente, ela faz parte da própria história da humanidade enquanto busca pela hominização. Podemos ousar dizer que a escola foi um dos instrumentos que proporcionou o processo de evolução do ser humano.

Se partirmos do princípio que escola é o local que tem a intenção de ensinar e ensinar conhecimento formal, claro que teremos que reconhecer que esse conhecimento formal é também determinado pela sua época e necessidades do momento. A história é rica de

amostras que a escola esteve sempre ligada ao contexto social, até porque ela existe por uma necessidade humana.

A escola e principalmente a escola pública nasce sob a necessidade material da sociedade e faz todo o seu caminhar sob esse prisma, seja seguindo os moldes ditados pela economia, seja buscando negar essa ordem e ir além desse jugo econômico.

O que se percebe é que desde a Idade Antiga vamos ter dois propósitos e caminhos para a educação: um para os senhores e outro para os plebeus. Aos senhores era ensinado a pensar, filosofar, harmonizar o corpo e equilibrar a alma, aos plebeus os instrumentos de ler e escrever para serem os escribas dos senhores, ofício que na antiguidade era arte menor.

A educação que é dada ao povo nasce sem a atenção devida, ela é praticamente entregue nas mãos daqueles que tinham o “dom” de ensinar. As escolas surgem de forma desestruturada, com a disposição de ser uma forma de renda para os que ensinavam, já que era cobrado pelo ensino e de fornecer o instrumento de trabalho aos que a buscavam, já que saber ler e escrever era a possibilidade de se tornar um escriba e assim garantir a sobrevivência.

(...) tais escolas não dispõem de acomodações adequadas. O mestre recebe os alunos nos locais mais inusitados: na sua própria casa, na igreja ou em sua porta, numa esquina de rua, ou aluga uma scholc, isto é, uma sala de aula. Diz o historiador francês Philippe Airès” Essas escolas, é claro, eram independentes uma das outras. ...Então o mestre esperava pelos seus alunos, como o comerciante espera pelos fregueses. Algumas vezes, um mestre roubava os alunos do vizinho. (ARANHA,1989, p. 85).

Vejam que Aranha deixa claro que na idade antiga as escolas se formam basicamente por uma necessidade de sobrevivência de professor e aluno. E que o descuido com o processo de ensinar e aprender estava no ensino que era dado ao povo.

E como a sociedade foi se desenvolvendo e buscando novas formas de se organizar tanto socialmente, como economicamente a escola foi acompanhando esse desenvolvimento, claro que sempre com mais dificuldade e tendo que brigar por seu espaço, Aranha nos coloca isso de forma muito explícita,

Apesar do ideal liberal da educação, é crítica a situação do ensino na Europa. Além das queixas referentes ao conteúdo, excessivamente literário e nada científico, as

escolas são insuficientes e os mestres mal qualificados. Estes mal pagos, ou são muito novos ou permanecem na profissão enquanto não arrumam coisa melhor para fazer. De qualquer forma têm formação deficiente e não conseguem organizar disciplinarmente as classes nem ensinar coisa alguma. Acentua-se a prática dos castigos corporais. As escolas elementares quase inexistem, a escola média é antiquada e serve as classes privilegiadas. (ARANHA, 1993, p. 153.)

A questão da formação da escola, no Brasil, segue o mesmo caminho que no resto do mundo, nasce por uma necessidade social, mas com finalidades e contornos diferentes para classes diversas. No Brasil, contudo se tem um elemento a mais além do descaso dos governos, a cultura de que o público existe para atender aos carentes, necessitados e desvalidos, sendo assim ela adquire um caráter assistencialista e, claro, sem preocupação com qualidade, porque para os pobres, pouco, já é muito.

Educar é um ato social, por mais que o aprender dependa da decisão do indivíduo de se predispor a interagir no processo. Contudo, o que se ensina nas escolas parte da decisão do coletivo do social.

As escolas desde sua constituição física, passando por sua organização hierárquica até chegar à elaboração e aplicação de seu currículo, são formatadas pelo pensamento político. Contudo a que se ressaltar que o fator político se manifesta de forma diferenciada, pois ele vem por vários viés. Ou seja, a constituição física, a organização hierárquica e mesmo a formulação do currículo, traz em seu bojo muito da visão política social do elemento mantenedor, no nosso caso aqui o governo, já que estamos falando da escola pública. Mas ao tornar esse currículo uma prática, ele vem carregado da visão política social, dos agentes que o processam, e aqui todos os elementos professor, aluno, diretores, supervisores, orientadores educacionais, funcionários. Muitas vezes inclusive esses agentes reorganizam a própria estrutura seja física ou organizacional determinada pelo governante e na maioria das vezes de forma arbitrária, pelas brechas.

A ação social e no caso a ação social da escola, sobre o sujeito é tão forte, que ela consegue se fixar no sujeito de forma tão marcante que muitas vezes ele, mesmo inconscientemente vai se moldando a proposta escolar. Como nos coloca Santos:

É através do processo educativo, da socialização das novas gerações que, em vez de moldarmos o indivíduo, vamos engrandecê-lo, torná-lo uma criatura humana. É verdade que o engrandecimento do indivíduo dá-se pelo próprio esforço individual,

mas é o sistema de educação que, embora se imponha de modo irresistível aos indivíduos, permite tal fato, pois é ele que salvaguarda e preserva todos os frutos da experiência humana, facilitando a transmissão de geração a geração. (1992)

Sendo assim para nós torna-se imprescindível pensarmos qual o papel que a escola pública exerce na vida dos nossos alunos. Posto que é diante dessa resposta que poderemos definir que valores, conhecimentos, conceitos, conteúdos iremos desenvolver na ação pedagógica cotidiana dentro das escolas. E claro, não podemos esquecer que essa ação pedagógica esta sempre cheia de contradições, posto que trás em si vários pensar e viver político e social.

Até a questão de pensamos; o que é público? Podemos afirmar que público é o que pertence ou é relativo ao governo, estado, por sinal essa é uma definição que está no dicionário Aurélio. Por outro lado público também suscita o que é do povo, o que pertence ao coletivo, o que é bem comum a todos. E se pensarmos pelo bem comum de todos vamos ver que a escola é um bem social, ela é para todos, ou deveria ser, não? Ribeiro nos coloca:

No caso da organização escolar, a contradição existente é resultado de ela ter que atender a uma determinada clientela (quantidade) e atendê-la bem (qualidade), a quem a organização deve atender? A todos em idade escolar. Tem atendido a todos em idade escolar? Não. Como tem que atender a este todo? Tem que atender bem. Tem atendido bem, mesmo não atendendo a este todo? Não. Como atender a todas essas pessoas e atendê-las bem? (2007, p.15)

Se compreendermos que o público é um bem social, sendo assim de todos, então é necessário pensar quem é esse todo e do que esse todo precisa, e qual é a função da escola diante desse todo e das necessidades desse todo? Ou mesmo será que a escola tem a função de trabalhar com as necessidades ou tem a função de buscar a formação humana do povo, tentando assim garantir a hominização da espécie humana?

Função Social da Escola Pública: a socialização do conhecimento sistematizado

Sendo a educação formal um ato social, que é pensado e organizado a partir das necessidades de uma sociedade, é primordial compreender qual é hoje a função social da escola pública.

Já nas últimas décadas, sobre tudo graças á contribuição das ciências sociais, dá-se maior ênfase à relação de vinculação e dependência da educação frente aos processos sociais, mais amplos. A educação passa a ser abordada e compreendida como um processo social que se insere como parte do processo social global, isto significando que ela não pode ser considerada e compreendida autonomamente, isolada do seu contexto histórico-social.”(GUARESCHI 1998. p. 101)

Até porque, sendo a escola fruto de uma determinada época, espaço e contexto social que está posto e que a referencia é importante que os agentes educacionais reflitam sobre a Função Social da Escola Pública, porque essa função não é um resultado ocasional da relação professor aluno, ela é resultado de todo um contexto histórico-social. Por outro lado não se pode negar a especificidade da escola, ou seja, ela é única dentro dessa mesma sociedade, pois ela ao mesmo tempo em que é fruto da sociedade posta, pode ser capaz de questionar e inclusive intervir nessa sociedade já que ela trabalha com a formação das novas gerações. Pois o ato pedagógico em si, apesar de perpassado por todas as questões já mencionadas no momento em que se processa na relação professor aluno é autônomo, independente e único.

Outro ponto que para nós é muito claro e que torna a escola única é o seu objeto de trabalho, o conhecimento. E esse conhecimento não é qualquer conhecimento, é o conhecimento sistematizado, construído nas relações sociais sim, mas já reconhecido como formal e essencial, não para a formação do aluno, mas para o desenvolvimento da espécie humana. Pois foi esse conhecimento que trouxe o homem até aqui e foi ele que foi promovendo a hominização da espécie, Santos aborda de forma muito precisa e clara essa razão de ser da escola:

Independente das novas funções sociais que a escola assume, decorrentes da complexidade da sociedade atual, permanece a sua função precípua: socialização do saber sistematizado. A escola, como instituição social, não se encarrega daquele saber empírico, espontâneo, do senso comum, que surge da experiência cotidiana dos indivíduos. Este tipo de conhecimento é doxa e diz respeito a opinião, conseqüentemente não deve ser objeto de trabalho escolar. [...] o conhecimento que diz respeito a escola é episteme, é ciência, o conhecimento metódico, conhecimento sistematizado. Assim o papel da escola como instituição é precisamente o de socializar o saber sistematizado. (1992. P.19)

Claro que a gama de conhecimento construído pela humanidade até aqui é incalculável e muito menos possível de ser trabalhado em 12 ou 20 anos de escolarização. É feito um recorte desses e não temos a inocência de achar que esse recorte é feito ingenuamente, não, ele tem uma intenção e é essa intenção que vai definindo novas funções da escola. E ao definir essas novas funções vai também se definindo o tipo de sujeito que se irá formar. Sendo assim, é primordial que educadores reflitam sobre a função social da escola, já que essa definirá se teremos a formação de sujeitos que irão se adaptar a situação social posta, como poderá resultar na formação de sujeitos que se insurgem contra a ordem posta, mas sem ser verdadeiramente um ato consciente, ou ser uma formação com bases na práxis, ou seja, uma formação que leva o sujeito a refletir sobre sua vivência em sociedade, as relações existentes nela de classe e poderes, as contradições dessas relações e sobre a própria intervenção do sujeito sobre esse contexto. Levando assim a formação de um cidadão crítico. Por que é primordial que como atores da educação tenhamos que refletir sobre a função social da escola pública? Primeiro, porque ela é um bem da coletividade e impõe o seu pensar a grande massa humana que forma a sociedade, portanto a educação interfere diretamente no que se processa na sociedade e Freire já afirmou “ a educação não transforma a sociedade mas sem ela a transformação não acontecerá.” E podemos afirmar que a educação também pode dificultar a transformação, já que é ela que forma os agentes sociais. Segundo, porque não somos atores coadjuvantes, mas principais e decidimos ser educadores logo, os responsáveis na relação que se impõe no momento do ato pedagógico em si, ou seja, a nós não é dado o direito de entrar no processo ensino aprendizagem sem a consciência e a visão muito clara de onde vamos chegar com esse ou aquele conteúdo ou atividade pedagógica. Terceiro, é o trabalho direto, específico e único de cada educador junto ao seu aluno que garante a autonomia da escola. Sendo assim, os educadores têm sim uma escolha dentro da função social da escola já predeterminada pelo contexto.

Claro que essa escolha para os educadores não é simples e nem depende só deles, como já vimos a educação é um dos nós da grande teia que é a sociedade. Portanto, no momento em que professor e aluno estão lá na sala de aula realizando o processo ensino-aprendizagem, eles não estão só, junto está a crença, a visão de mundo de cada um e todas as questões sócio/ políticas/econômicas/culturais que envolvem a educação. Mas acreditamos que é primordial que o professor seja capaz de reconhecer esses elementos, perceber que eles conduzem a escola para uma determinada função social, que ele possa se posicionar diante

dessa função e fazer a escolha de referendar ou transformar, pois os educadores não podem evitar que a educação seja manipulada para o bem de alguns e a massificação de outros, mas podem com certeza escancarar o que acontece e na sua ação pedagógica ir dando outro viés ao ato educativo, quiçá assim, contribuindo para a formação de um novo cidadão que constituirá uma nova sociedade mais justa e livre.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. MAAR, Wolfgang Leo, (tradução). Educação e Emancipação. São Paulo, Paz e Terra. p. 190.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. São Paulo: Moderna. 1993.

FREIRE, Pedagogia da Esperança.- Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992. p.245

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 17ª ed. 1987.

_____. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997. Edição de bolso, 13,5x10 cm., 165 p.

GUARESCHI, Pedrinho. Sociologia Crítica alternativas de mudanças. Proto Alegre, Mundo Jovem, 1998. p. 164.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. Educação Escolar – Que Prática é Essa? : Campinas – SP Autores Associados. 2001 – Coleção polêmicas do nosso tempo 81 p.

_____. História da Educação Brasileira. A Organização Escolar. 8ª Ed. São Paulo: Cortez. 1988. p. 180.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes. 18ª ed. 1996.

SANTOS, Oder José dos. Pedagogia do Conflitos Sociais. Campinas, Papirus. 1992. p.142.